

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1339618 - MS (2012/0174872-7)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**

**AGRAVANTE : JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA**

**ADVOGADO : ALDAIR CAPATTI DE AQUINO - MS002162**

**AGRAVADO : RENATO KATAYAMA**

**ADVOGADO : LUIZ EPELBAUM - MS006703B**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. DECISÃO MANTIDA.

1. Ausente ofensa ao art. 489 do CPC/2015, visto que a decisão agravada apresenta fundamentos suficientes para embasar a conclusão pela inadmissibilidade do recurso especial.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).
3. No caso concreto, o exame da pretensão recursal no sentido de verificar a pertinência e a relevância dos documentos acostados ao agravo regimental interposto na origem demandaria análise da matéria fática, inviável em recurso especial.
4. Da mesma forma, a análise do valor dos honorários advocatícios arbitrado na origem encontra óbice em referida súmula, visto que a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem não se distancia dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade.
5. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
6. Agravo interno a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator

